

PARTE UM DO TEXTO, "GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL - REPENSANDO O COOPERATIVISMO NO CONTEXTO DA CIDADANIA ATIVA", EM ARRUDA, M. E BOFF, L., 2000, "GLOBALIZAÇÃO - DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS, ÉTICOS E EDUCATIVOS: UMA VISÃO A PARTIR DO SUL", EDITORA VOZES, PETRÓPOLIS.

## PARTE I - GLOBALIZAÇÃO E SOCIEDADE CIVIL

Globalização Competitiva e Desenvolvimento Na perspectiva dos poderosos, a globalização se apresenta como sinônimo de modernização, progresso, avanço indiscutível da humanidade no sentido de novas fronteiras de desenvolvimento. Os que a criticam são chamados de retrógrados, "dinossauros". Entre os críticos da globalização, há os que a interpretam como uma invenção perversa dos poderosos, que é preciso combater frontalmente como uma ilusão ou como o mal absoluto. A nós importa reconhecer a globalização como um fenômeno complexo: existe como um potencial ou uma vocação inerente ao próprio capitalismo, como demonstrou Marx; ganhou diferentes nomes, à medida que progrediu, como "imperialismo" (Hilferding e Lenin, no começo do século 20), transnacionalização (Richard Barnett e Ronald Muller, desde o fim da Segunda Guerra Mundial), etc. O fato é que se intensificou sobretudo nos anos 80-90, como resultado de diversos fatores, entre eles as inovações tecnológicas em campos como a informática e, pelo lado negativo, a crise do endividamento externo dos países do hemisfério Sul. Trata-se principalmente da globalização do capital, dos mercados e do alcance dos grandes conglomerados transnacionais; trata-se de uma intensificação sempre mais desregulada das transações financeiras, inclusive as de caráter especulativo; e trata-se da transferência do poder de definir o modelo socioeconômico e as políticas macroeconômicas dos Estados do hemisfério Sul para as agências financeiras multilaterais. Trata-se, além disso, da globalização do pensamento e do modelo econômico neoclássico e neoconservador, chamado eufemisticamente de neoliberal, como pensamento e modelo únicos e absolutos. Em suma, o único caminho para o crescimento ilimitado da produção e a satisfação absoluta das populações do mundo é a economia capitalista "de livre mercado" e a democracia, entendida como liberdade absoluta para os que detêm o capital, um sistema eleitoral adequado para garantir a vitória dos seus representantes e um sistema de informação orientado para garantir a hegemonia das suas idéias e convicções. Con tudo, esta mesma globalização, tão poderosa e prepotente, tem uma extraordinária carga de desafios e contradições.

Mencionemos apenas o fatode que antes da queda do muro de Berlim o capitalismo tinha um bode espiatório sobre quem lançar as culpas por suas debilidades e fracassos. Agora o capitalismo em processo de globalização inquestionável tem por desafio provar que é capaz de prover as bases do bem estar material e da felicidade para toda a humanidade. E está se dando mal!

Quanto às contradições, as mais destacadas são a tendência crescente à concentração da renda, da riqueza, do conhecimento e do controle tecnológico e político sobre a natureza e a sociedade humana; a explosão da atividade financeira, que superou em muito a atividade produtiva e ganha sempre mais um caráter especulativo e inevitavelmente inflacionário; e a tendência ao totalitarismo de mercado que, na verdade, é a negação do livre mercado e da genuína democracia.

Neste trabalho nos interessa sublinhar o fato de que as contradições da globalização do capital são fonte de aflição, risco e sofrimento para os trabalhadores e trabalhadoras oprimidas de todo o mundo e, ao mesmo tempo, abrem brechas de incerteza que constituem oportunidades para que os trabalhadores façam progredir a luta por sua emancipação. Noutros textos, estudamos os aspectos potencialmente positivos da globalização, como se dá atualmente, que podem ser assim resumidos:

- a globalização baseia-se em sistemas de produção de escalas mais reduzidas e flexíveis, que necessitam cada vez mais de conhecimento em vez de trabalho manual;
- inovações na organização produtiva facilitam a utilização da capacidade criativa dos trabalhadores, em vez de mantê-los reduzidos a tarefas meramente repetitivas;
- inovações nas esferas da informática e da robótica reduzem o dispêndio detempo e energia humanos nas tarefas ligadas à produção e à mera sobrevivência;
- exigem trabalhadores mais bem informados e formados, operando de maneira flexível e menos monótona, com maior controle e menor hierarquia no espaço em que atuam;
- manifestam tendência a sistemas de co-gestão e até de co-propriedade;
- aumentam o potencial de libertação do trabalho humano em relação ao emprego assalariado, e de valorização do trabalho enquanto práxis comunicativa e criativa, núcleo do desenvolvimento efetivamente humano;

- os avanços na esfera da telemática geram o potencial de democratização da comunicação, das relações não apenas mercantis entre pessoas, comunidades e nações, do intercâmbio de experiências, da complementaridade de potenciais de recursos, da solidariedade nas aspirações e nas lutas, da expansão da Consciência de Espécie, que agrega e unifica a diversidade sem sacrificá-la;
- enfim, a globalização fornece a base material para que, afinal, se torne possível aos trabalhadores do mundo inteiro unir-se, em vez de digladiar-se, por uma humanidade responsável e solidária.

A atual globalização, porém, por estar centrada numa competição que só poupa os grupos econômicos que têm maior poder e controle de capital e de mercados, envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas à humanidade como um todo, tais como:

- reduzindo o trabalho humano a uma mercadoria, estende as cadeias de subordinação do trabalho assalariado à escala global; privados da propriedade e do controle sobre a empresa, os empregados não têm o direito de participar das decisões sobre o que e como produzir, e como dividir os ganhos da produtividade; por outro lado, são presa da velocidade e do caráter não planejado da reestruturação industrial, que está provocando o desemprego maciço; os funcionários públicos também estão sendo demitidos à medida que os governos locais e nacionais se conformam em adotar reformas neoliberais destinadas a promover a globalização. O resultado final tem sido o desemprego em massa, aberto e oculto, e os empregos marginais e sub-remunerados numa economia informal cada vez mais extensa; e condições de trabalho e de vida cada vez mais precárias como resultado dos cortes nas despesas públicas e das mudanças da legislação que eliminam direitos reconhecidos dos trabalhadores. Outro motivo de séria preocupação é a evidência de uma concentração cada vez mais aguda da renda e da riqueza;
- reduz o conceito de desenvolvimento, identificando-o a crescimento econômico e a modernização e eficiência produtiva a nível da empresa, tomada abstratamente de forma isolada; a interação entre os agentes econômicos, em conseqüência, é concebida como relação entre agentes isolados que interagem a partir dos seus interesses meramente individuais, numa disputa de vida ou morte, chamada competição; ·

- estende a todo o mundo um conceito e uma prática de desenvolvimento exógeno e centrífugo, ou "de cima para baixo" e "de fora para dentro", que toma como parâmetros os elementos culturais dominantes nas economias altamente industrializadas (valores, atitudes, comportamentos, aspirações e modos de relação), e como atores hegemônicos os grupos econômicos e financeiros transnacionais, que são predominantemente originários nos países ricos; esta prática aliena, porque afasta pessoas, povos e nações de suas potencialidades mais profundas; sacrifica a diversidade e a soberania, e globaliza às custas do nacional, do local, do diferente, do singular;
- subordina as economias nacionais, e suas respectivas superestruturas políticas, às estratégias e a os interesses corporativos das empresas e grupos transnacionais, cuja lógica é predominantemente econômica e mercantil e cuja motivação principal é a ampliação dos seus ganhos, da sua produtividade e da sua competitividade, e não o desenvolvimento de povos, nações e regiões do mundo. Há ampla evidência de que a compatibilidade entre ambos é contraditória e, freqüentemente, negativa, sobretudo quando povos e nações perdem o poder soberano de definir, gerir e controlar seu próprio desenvolvimento;
- força os agentes econômicos a apropriar-se virtualmente de todo o ganho de produtividade em detrimento dos trabalhadores e do emprego, assim concentrando sempre mais capital e/ou poder de decisão num número reduzido de pessoas e empresas/grupos econômicos, marcando os mercados nacionais e mundiais com a tendência ao monopólio e ao cartel. Tais estruturas promovem relações economicamente excludentes e politicamente totalitárias. Sob o prisma do desenvolvimento, essa tendência totalitária da globalização competitiva se expressa na abolição de todo projeto de desenvolvimento que não seja centrado no Mercado e no capital, e de parcelas crescentes de poder nacional de regulação sobre fluxos comerciais, recursos, invenções e até de investimentos. "Lançados uns contra os outros, trabalhadores, empresários e governantes travam luta de morte para prevalecer mediante a subordinação ou eliminação do outro. Um tal sistema de relações, quanto menos regulado e mais deixado ao sabor dos interesses dominantes, mais concentrador e mais destruidor se revela;" ·

- beneficia e faz crescer o setor privado às custas da Sociedade e do Estado, a través deste conjunto de políticas chamadas de "ajuste estrutural", que incluem privatização, desregulação e abertura de mercados, estabilização e crescimento, transferência do poder de decisão e do debate macroeconômico dos Estados nacionais para as instituições multilaterais, e estabilidade política fundada na máscara do consenso;
- ao globalizar a mercantilização dos seres humanos e da Natureza, torna também globais as formas de exploração e de dominação de ambos, e com elas as ameaças de rupturas sócio-políticas e ambientais;
- adota medidas apenas compensatórias e corretivas dos problemas, crises e catástrofes eco-sociais geradas por aquelas políticas, sem buscar ir às suas raízes.

O sem-número de programas governamentais para aliviar o desemprego e a marginalização dos trabalhadores emergem ao lado do reforço do aparato de controle e repressão social, que não logra conter as ondas crescentes de violência urbana que afloram nas metrópoles do Hemisfério Sul como do Norte. Em resumo, quanto mais riqueza e poder concentrados, mais desigualdade e maior o potencial de desordem e de caos social.

#### Globalização Cooperativa e Auto-Desenvolvimento

Da hipótese de que o problema não é a globalização, mas esta globalização decorre o postulado de que outra globalização é possível e desejável, do ponto de vista da maioria trabalhadora. Deixar-se fechar no fatalismo do discurso oficial, de que a globalização competitiva é o único caminho para o progresso e a nova modernidade e que é preciso inserir-se nela e ajustar-se a ela, é aceitar a submissão, a subordinação e a desumanização como único destino da humanidade trabalhadora. Por outro lado, reagir só com palavras, denúncias e idéias não mudará nem criará nada de novo. É preciso fazer o caminho para alcançar esse objetivo. No campo histórico-social, igualmente, é necessário agir para que outra ordem global se torne realidade. Haveria dois caminhos para se pensar em alternativas à globalização competitiva.

O caminho "de fora para dentro" e "de cima para baixo", que implica em atuações exteriores ou marginais ao sistema de mercado oligopolista e à democracia individualista predominantes; e o caminho "de baixo para cima" e "de dentro para fora", que parte da diversidade das pessoas, comunidades, povos, culturas, nações, para construir uma globalidade enraizada na diversidade e na complementaridade dos seus

componentes. O primeiro foi tentado a través de diversas formas de estatismo denominadas "socialismo real", que de real tinha muito mais o discurso que a prática. A implosão dessas práticas de estatismo "socialista" geraram duas lições importantes, entre muitas: uma, que o predomínio do Estado não corresponde necessária nem automaticamente à criação de uma ordem justa nem genuinamente socialista e democrática; a outra, que o caminho do estatismo, ainda que centrando nos trabalhadores o discurso sobre o projeto emancipador, não consegue gerar uma alternativa viável ao capitalismo globalizante e monopolizador. Tampouco consegue gerar um desenvolvimento centrado no humano e no social e uma democracia cujos sujeitos sejam os próprios trabalhadores e trabalhadoras, organizados em tal nível, conscientes e ativos que conseguem, em quanto sociedade civil, "absorver" a sociedade política e criar um novo Estado orientado efetivamente para o interesse geral (Gramsci).

Em biologia, desenvolvimento tem a ver com transformar em realidade atual os potenciais inerentes a um organismo. No plano humano e histórico, igualmente, a referência do desenvolvimento são os potenciais escondidos em cada pessoa, comunidade, povo, nação e região. Na natureza, à riqueza desses potenciais chamamos biodiversidade, e colocamos sua defesa como condição para a sobrevivência do próprio Planeta. Na história humana, porém, ainda estamos longe de ter a mesma consciência da importância de defender e fomentar a biodiversidade, como um princípio de Vida e de Evolução da própria Espécie Humana. Este princípio está fundado no fato de que nenhum ser humano, nem nenhuma capacidade individual, se basta e se completa isoladamente: só reconhecendo esta solidariedade inerente à condição de todos os seres, em particular dos seres humanos, e fomentando a complementaridade, a sociabilidade e a irmandade entre nós é que conseguiremos progredir no sentido em que aponta, na Espécie Humana, a Evolução da própria Natureza.

Retomemos, portanto, o caminho "de baixo para cima" e "de dentro para fora". Não será ele o que maior viabilidade apresenta nesta virada de século e de milênio? Não se esconderá nele o potencial de arrancar do interior mesmo da pessoa, da comunidade, da empresa, da nação a força motriz para impulsar o desenvolvimento, concebido não mais somente como crescimento econômico, mas como o desabrochar de todos os potenciais do ser individual e coletivo? Pensar que cada pessoa pode ser concebida como centro gerador do desenvolvimento de si mesma e das coletividades a que pertence, e pensar cada comunidade humana e nação nesta mesma perspectiva nos permite acenar para uma globalização diferente, que se constrói de baixo para cima, e

que se expande com base noutra lógica e noutro movimento: cresce a partir da concepção orgânica de biodiversidade, tomando a eficiência do sistema orgânico como um todo como objetivo, buscando maximizar os potenciais de complementaridade, de sociabilidade e de irmandade entre as pessoas, as comunidades, as empresas em redes de relação e de intercâmbio a todos níveis. Este é o sentido que damos ao termo auto-desenvolvimento.

#### Sujeitos do Auto-Desenvolvimento

Os desafios do desenvolvimento próprio passam, então, a ser trabalhados nos vários níveis da realidade humana:

##### Dimensão pessoal -

Trata-se de desenvolver os potenciais próprios de cada um de nós. Cada pessoa é um ser em construção. Há dois vetores que predominam no processo existencial, um, de natureza genética e hereditária, o outro de natureza cultural e societária. A ciência tem focalizado estes dois processos em pesquisas e debates ainda inconclusos. Mas o certo é que o ser humano também está em processo de Evolução, tanto enquanto indivíduo como enquanto espécie. E, diferentemente de qualquer outro ser conhecido deste Planeta, o ser humano é o único que tem faculdades que lhe dão a capacidade de visualizar, projetar, atuar, transformar conscientemente. Mas a pessoa humana é um ser contraditório, pois sua própria unidade é feita de diversidade. As várias dimensões que nos constituem, corpo e suas várias partes, mente, psiquê, alma, se desenvolvem por vias e ritmos diversos, em processos que às vezes são contraditórios e complexos. Educar-nos para desenvolver tão harmoniosamente quanto possível as várias dimensões que constituem nosso ser pessoal de forma autônoma e solidária, eis o desafio. Por outro lado, ao agir, ao fazer, ao construir, o ser humano se faz e se constrói simultaneamente, contribuindo deste modo à evolução dos seus sentidos materiais e não materiais, do seu conhecimento, da sua consciência, do seu espírito, e também, sinergeticamente, à evolução da Espécie Humana como um todo.

O desafio do auto-desenvolvimento consiste em que cada pessoa, por meio da ação sobre o mundo e os outros, da educação, da pesquisa e da reflexão sobre si própria e suas relações, se construa sempre mais como sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento. Educar-se passa a ser assumir a responsabilidade de fazer progredir cada aspecto, qualidade, atributo, faculdade, da própria pessoa, enquanto ser que só existe em relação com as várias dimensões de si própria, com o Outro -- pessoas e coletividades -- e com a Natureza.

## Dimensão da comunidade -

A outra dimensão do indivíduo são as diversas comunidades a que pertence. O indivíduo, portanto, é ao mesmo tempo um todo em si próprio, e parte viva e ativa de todos mais abrangentes. A visão do auto-desenvolvimento da pessoa aplica-se necessariamente também à comunidade humana, seja ela a família, seja comunidades de trabalho, de fé, de atividades recreativas, e outras. Levanta-se, já nesta dimensão, o desafio de valorizar sempre mais as potencialidades de cada participante da comunidade -- o que significa cultivar a diversidade -- enquanto se busca, ao mesmo tempo, construir unanimidades em torno de objetivos, projetos e estratégias comuns de ação e de relação. Na busca de auto-desenvolvimento da comunidade, portanto, há que estimular tanto o desabrochar das capacidades individuais quanto aquelas que resultam da complementaridade e da sinergia gerada pelo pensar e agir em comum dos participantes. O ponto de partida é a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas. O desafio da democracia e da participação começam neste nível. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento. Coloca-se aí a questão da partilha da propriedade e da gestão dos bens comunitários como essência mesma da prática democrática. Nesta partilha se supera a "democracia individualista" do capitalismo, e também os igualitarismos artificiais que têm predominado em muitas experiências de "socialismo". A chave para conseguir erguer esta ponte entre o pessoal e o social, entre o diverso e o uno é respeitar a subjetividade do outro como quero que a minha seja respeitada. Respeito e aceitação do outro, compreensão da alteridade como prolongamento e complementaridade de mim próprio (self), busca cotidiana de superação da tensão entre o eu e o outro, tudo isto temo nome simples de amor. Para articular criativamente diversidade e unanimidade, para realizar a democracia, a partilha, a solidariedade, a sociabilidade, a convivialidade, a irmandade... a chave é o amor. A empresa e as unidades políticas -- o município, o Estado e a Nação -- são, também, comunidades. O enlace natural entre os diferentes níveis da existência humana se fazem, de fato, de baixo para cima, tendo por unidade primeira a pessoa, mas não a pessoa abstrata e isolada, senão no seu contexto de relações essencialmente humanas. O trabalho é o mediador destas relações, ou a capacidade humana de transformar, criar e



comunicar. É também o fator ontológico, porque a través dele nos tornamos seres deste mundo. Entretanto, a cultura dominante, por estar centrada nas relações econômicas e comerciais, as reduz a meras estruturas, em que predominam relações despersonalizadas, ou coisificadas, ao passo que os seres humanos que as compõem são vistos apenas sob o prisma das funções que ocupam nelas -- como "mão-de-obra" assalariada, como vendedor ou comprador, ou como contribuinte.

Repensar, portanto, o mercado como uma relação social, entre seres humanos, apenas mediada por dinheiros e produtos; repensar a empresa e as instituições como comunidades humanas; deslocar o eixo da existência humana do ter para o ser; identificar e cultivar a capacidade de cada pessoa e comunidade de ser sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento, estes são alguns dos grandes desafios ligados ao renascimento da humanidade no milênio que se avizinha.

Se estas proposições estão corretas, podemos concluir que desenvolvimento pensado e praticado "de cima para baixo", "de fora para dentro", não é desenvolvimento genuíno, mas outra coisa. A modernização que experimenta o Brasil nesta segunda metade de século segue, na sua essência, a via "de cima para baixo" e "de fora para dentro" -- o modelo e grande parte da tecnologia e dos investimentos vêm dos países ricos do hemisfério Norte. Mesmo o governo Fernando Henrique Cardoso, que se elegeu sob a bandeira de um projeto "social-democrático", renunciou a ter um projeto de desenvolvimento nacional próprio do Brasil.

A globalização competitiva tem como eixo ideológico o projeto de adoção do mesmo modelo de organização social e econômica, a través dos mesmos agentes econômicos -- essencialmente os grandes grupos transnacionais -- para todos os outros países e regiões do Planeta. Este é um projeto homogeneizador. Se há diversidades, elas ocorrem no interior deste projeto e são inescapavelmente determinadas por ele. A reflexão sobre o mundo de hoje nos leva à convicção, primeiro, de que o problema não é a globalização, mas esta globalização e, segundo, que uma outra globalização, de caráter essencialmente cooperativo, não apenas é possível mas já está em gestação no interior desta.

Diríamos que a economia é uma dimensão de atividades que está voltada predominantemente para as necessidades materiais, ou inferiores, do ser humano -- faz parte da Bio-História da humanidade. Ela se concentra na geração de produtos úteis ou comerciáveis e de dinheiro.

O desafio é começar, no interior de um mundo dominado pela economia, uma transição para um mundo que esteja organizado em torno das necessidades superiores do ser humano, que implicam na produção de conhecimento, de beleza, de bem-estar, de comunicação, de interação e no desenvolvimento de suas relações de solidariedade com a Natureza e com todos os seres, dos seus sentidos de ética, de estética e de comunhão com cada outro ser humano e com a espécie, e do equilíbrio dinâmico entre seu lado masculino e feminino. O masculino tem a ver com a exterioridade, a ação, a conquista, e o feminino, com a interioridade, o cuidado e o respeito à vida e ao mistério do mundo.

O desafio é passar da Bio-História para a Noo-História. É visualizar e pôr em marcha uma estratégia para a transição, já anunciada, da era em que a economia é a atividade principal da maioria dos seres humanos -- o reino das necessidades -- para a era em que são as atividades superiores do ser humano que ocuparão a maior parte do nosso tempo e das nossas energias -- o reino da liberdade. Liberdade de ser E de criar, individual E coletivamente. Liberdade para ser plenamente Eu-E-Nós ao mesmo tempo. Eu-E-Nós

Os anos 90 também têm sido marcados pela queda dos regimes de economia estatizada, chamados "socialistas reais". Eles significaram uma tentativa de superação da democracia individualista do capitalismo, e tiveram motivações elevadas, como os ideais da liberdade e da igualdade. Mas falharam sobretudo em terem buscado abolir o individualismo mediante um extremismo coletivista. Duplo erro. Por um lado, a questão não era abolir o individualismo, mas redescobrir o equilíbrio adequado entre o individual e o coletivo. Por outro, o coletivismo adotado por quase todos os países de economia estatizada consistiu na negação do indivíduo, do Eu, e não apenas do individualismo. Deixou de ver o indivíduo no seu contexto histórico e social, e valorizá-lo adequadamente. Desta forma, o projeto de socialismo, que teria como sujeito a sociedade, foi substituído por um modo estatista de centralizar o poder e de organizar a economia e a sociedade. O sujeito praticamente único passou a ser o Estado, e o Partido que lhe dava corpo. A sociedade, enquanto conjunto de cidadãos e cidadãs, permaneceu joguete desse poder centralizado. Como dizem Frei Betto e Leonardo Boff , este "socialismo" socializou os bens materiais mas privatizou os sonhos. Manteve o horizonte de realização humana no plano da acumulação de bens materiais, embora distribuídos de forma mais igualitária. O fracasso desses regimes ocorreu como uma implosão. Não se deu por golpes financiados pela CIA nem por invasões das "forças armadas do mundo livre"... E tal vez esse fracasso esteja sendo um facilitador

importante da globalização acelerada da economia centrada no Capital e na competição, num clima ideológico neo-conservador.

A principal lição que, no contexto deste ensaio, podemos extrair é que a busca da superação da condição oprimida e explorada dos seres humanos através da ocupação do Estado é equívoca. Do regime do Eu-sem-Nós do individualismo capitalista, passou-se para o regime do Nós-sem-Eu dos socialismos estatistas. E o Nós-sem-Eu se consubstanciou numa Razão de Estado que excluiu cada vez mais a Sociedade do espaço das decisões econômicas e políticas, e da gestão do seu próprio desenvolvimento. O socialismo perdeu seu conteúdo social e tornou-se estatismo.

A segunda lição, igualmente importante, é que o estatismo traz consigo a extrema centralização das decisões e um exacerbado burocratismo. A base ideológica deste sistema político é a concepção metafísica de que o Estado proletário é o povo, e portanto tem todos os direitos relativos à coisa pública. Quem questionar o Estado é visto como inimigo do povo. E toda aspiração individual ou comunitária de liberdade deve estar subordinada à regência absoluta do Estado, já que o bem pessoal é visto como antagônico ao bem comum. Esta prática e estas concepções não se limitaram aos países socialistas estatistas. Elas contaminaram também as esquerdas e os movimentos sociais e populares de todos os países. Estes aceitaram o papel definitivo de oposição, enquanto Sociedade Civil, sem jamais perceber ou dar-se conta de que a sociedade tem responsabilidades próprias a desempenhar na luta pela emancipação, que vão além de simplesmente opositoras ou reivindicadoras.

A ideologia que predominava era de que o papel da sociedade organizada era, por um lado, reivindicar e delegar e, por outro, fazer oposição com vistas a conquistar o Estado. De um Estado ocupado pelas "forças populares" viriam as soluções para todos os aspectos da vida da sociedade, inclusive o econômico e financeiro.

Aprofundemos um pouco a reflexão sobre os elementos da cultura que predomina no Brasil, e que está presente em maior ou menor grau nas outras culturas da América Latina e do Caribe. Temos estado atados por uma cultura que tem algumas características muito alienadoras: ·

colonizadora e escravista -

As elites brasileiras e latino-americanas estão profundamente marcadas pelo passado colonial e escravista recente. No plano cultural (de valores, atitudes, comportamentos e modos de relação) elas são descendentes diretas da nobreza imperial e escravista, e dos grandes proprietários de terras que durante quatro séculos dominaram

a economia e a sociedade. A cultura do produtivismo e consumismo industriais, com seus ingredientes de democracia individualista, apenas sobrepôs-se ao substrato cultural escravista dominante.

colonizada e escravizada -

As maiorias trabalhadoras, por seu lado, carregam hoje o peso histórico da cultura dos nossos antepassados colonizados e escravos. Esta foi a cultura da submissão, da inferiorização, da negação da própria identidade, da projeção de si mesmos e das suas aspirações na figura do colonizador e do proprietário. Os traços culturais do proletariado, sobretudo urbano, com seus ideais emancipatórios e igualitários, vieram se sobrepor àquele estofo cultural pré-industrial. Mal completando um século de existência, já começam a emaranhar-se com outros, de uma era pós-mercado, ou pós-trabalho assalariado que aceleradamente se prenuncia.

reivindicativa -

Entre os traços dominantes dessa cultura está a atitude reivindicatória. Nos primeiros tempos do industrialismo, os trabalhadores lutaram bravamente pelo direito de organizar-se de forma autônoma para reivindicar seus direitos na relação conflituosa com o Capital característica do capitalismo. O sindicalismo brotou num clima de luta, de sofrimento e de conquista. Depois de tornar-se realidade incontestável, foi gradualmente enquadrado pelos poderes dominantes, tendo consagrada sua posição de órgão de reivindicação de empregos, melhores salários e melhores condições de trabalho. Qualquer ação que for além desses parâmetros é considerada uma transgressão. Ao longo das décadas, o elemento reivindicatório do sindicalismo passou a constituir um elemento da cultura sindical em vigor. E, sem tardar muito, tornou-se seu traço dominante.

delegadora -

Associado ao elemento reivindicatório da cultura sindical de hoje está o mecanismo da delegação, que é característico da democracia representativa. As raízes históricas da cultura da delegação vêm de muito antes, quando se era rei ou nobre ou arcebispo por origem ou por "graça divina", e cabia a todos obedecer às autoridades sem questionar, seja por força dessa autoridade moral, seja pela força das armas.

Um nobre francês, Gambetta, pouco antes da Revolução de 1789, questionava a nobreza por sua resistência a adotar o sufrágio universal, argumentando que ele seria ideal pois iria legitimar o poder dominador a partir dos próprios dominados. Daí para cá, a cultura da delegação se implantou profundamente no inconsciente das massas. E o

sindicalismo não escapou dela: a política, aos partidos e ao Estado; a economia, ao setor privado. Aos sindicatos, o direito de lutar por maior parcela do bolo e melhores condições de trabalho, e nada mais. São ainda tênues os sinais de uma cultura da democracia direta, em que a responsabilidade do próprio desenvolvimento é assumida pelo trabalhador, pela Sociedade, pela Nação como um todo, e não por setores privilegiados dela. Nem o Brasil da democracia burguesa, nem os "socialismos estatistas" questionaram a fundo suas raízes e heranças culturais. Mas com a globalização competitiva, o desafio está lançado de os trabalhadores superarem esta cultura subserviente, subordinadora, imobilizadora, que dá amplo espaço para a manipulação, o clientelismo, a corrupção, e que não promove pessoas, comunidades nem povos a sujeitos do seu próprio desenvolvimento. Ao contrário, perpetua a dependência e a subserviência de uns, e a dominação e a prepotência de outros.

A nosso ver, uma cultura do Eu-E-Nós está nascendo e precisa de cuidado, atenção e nutrição adequada. É a cultura que toma como sujeito eco-social não mais o setor privado nem o Estado, mas a Sociedade. Não Sociedade imaginada como um agregado humano amorfo e massificante, nem Sociedade reduzida aos "donos do Capital", mas Sociedade constituída por cada mulher, cada homem e cada criança que a ela pertence, e pelo conjunto de cidadãs e cidadãos. Portanto, Sociedade como entidade constituída "de baixo para cima", a partir da realidade simultânea da cidadania de cada pessoa e da soberania do conjunto das cidadãs e dos cidadãos. Em outras palavras, Sociedade em que cada ser humano é totalmente importante, e merece pleno cuidado e atenção do Todo, para que tenha o ambiente e as condições propícias para desenvolver plenamente seus próprios potenciais. E Sociedade como convergência de unanimidades construídas a partir da noodiversidade, e não às custas dela; como pluralidade que não exclui a singularidade, mas que serve de matriz para o encontro solidário e cooperativo da singularidade e da criatividade de cada uma e cada um.

Seria esta Sociedade, constituída paciente e persistentemente a través de uma ação e uma educação permanentes orientadas para a cidadania ativa, aquela que está chamada a constituir-se no sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento e da sua própria História. Não nos parece que seja outro o desafio da sobrevivência da própria Espécie: ele coincide com a flecha do tempo que orienta inequivocamente a própria evolução da Natureza, na sua etapa humanizadora.

O Caminho Cooperativo

Não pode haver transformação cultural e desenvolvimento de uma nova subjetividade que não esteja apoiada numa transformação no modo de organizar os modos de produzir e reproduzir a existência. A superação da cultura da reivindicação e da delegação é uma tarefa não apenas cultural. Ela é essencialmente política, e tem na dimensão econômica seu inescapável embasamento. Para os trabalhadores e seus sindicatos, trata-se de preencher algumas condições indispensáveis para que se estabeleça um "meio ambiente propício" para que eles se constituam em sujeitos conscientes e ativos do seu próprio desenvolvimento. São três as instâncias ou dimensões que constituem um projecto de transformação capaz de gerar este ambiente propício e este empoderamento do mundo do trabalho:

1. Ocupar o espaço econômico - isto implica em abandonar a postura apenas reivindicativa e delegadora, e partir para:

1.1. a gradual apropriação dos bens produtivos já existentes, -- buscando ampliar formas de co-propriedade e co-gestão das empresas em que trabalham--; isto pode ser facilitado mediante programas educativos dos trabalhadores, que incluam os aspectos técnicos e profissionais ligados à gestão empresarial, e os aspectos políticos relacionados com a cultura da autonomia solidária; e mediante a criação de fundos sindicais para apoiar as aquisições das empresas pelos trabalhadores e sua transformação em empresas associativas e cooperativas;

1.2. a constituição de novas empresas cooperativas dos próprios trabalhadores, geridas e controladas por eles;

1.3. desenvolvimento de competência empreendedora e profissional para fazer que suas cooperativas sejam altamente eficientes para competir no mercado capitalista com vantagens comparativas de que o setor privado carece;

1.4. a construção de um movimento cooperativista autogestionário, solidário e popular, cuja estratégia seja ir tecendo pouco a pouco os fios de relações cooperativas e solidárias não apenas na esfera do consumo, mas também nas esferas produtiva, comercial e financeira, com vistas a "transsubstanciar" a economia do Capital numa economia cooperativa e solidária;

1.5. estabelecer um sólido e permanente processo de educação dos trabalhadores, a fim de que se apropriem da visão, dos conhecimentos e dos instrumentos aptos para a transformação de si próprios em trabalhadores-empresendedores autônomos e solidários, e de suas empresas em cooperativas, ao mesmo tempo, em comunidades plenamente humanas.

2. Ocupar o espaço político - Tornar-se sujeito (em oposição a objeto) de seu próprio desenvolvimento e de sua própria História é um projeto de poder. E o embasamento concreto do poder político é o poder econômico. O Mundo do Trabalho só poderá compartilhar o poder político com as elites, e só poderá alcançar a hegemonia deste poder, se tiver poder econômico. Enquanto assalariado isto não se dará jamais. O poder reivindicatório dos sindicatos é diretamente proporcional à necessidade que tem o capital da força de trabalho dos trabalhadores. À medida que esta necessidade se reduz, na etapa atual desta globalização, sempre mais intensiva em capital, os sindicatos perdem associados e, proporcionalmente, poder. Ou o sindicalismo redescobre suas motivações originais, ou o mundo do trabalho restitui seu projeto emancipatório original, o que inclui ganhar o controle da economia para constituir-se na principal força política e cultural, ou estará destinado a desaparecer lado a lado com o emprego assalariado hoje em gradual extinção.

A reconstrução necessária do movimento trabalhador, sindical e social exigem diversos movimentos simultâneos:

2.1. Incluir no trabalho sindical -- organizativo e educativo -- não apenas os trabalhadores mas também suas famílias, enquanto comunidades humanas e trabalhadoras.

2.2. Ampliar o trabalho sindical para incluir os trabalhadores que vão sendo excluídos do mercado de trabalho da categoria.

2.3. Ir além da ação reivindicativa, em torno de emprego e salário, introduzindo na ação sindical e nas negociações com empresas e governo as questões políticas que servem de contexto para as reivindicações; e as questões de políticas macroeconômicas que afetam diretamente os trabalhadores.

2.4. Em colaboração com outras forças populares, estabelecer uma estratégia de luta pela democratização do Estado e, simultaneamente, de gradual ocupação do Estado, a fim de transformá-lo de agente dominante aliado ao setor privado, sobretudo ao grande capital, em agente apenas regulador, orquestrador e fiscalizador do interesse comum, subordinado à supervisão e às decisões da Sociedade democraticamente organizada em todas as esferas.

3. Ocupar o espaço informativo, comunicativo e cultural - Esta é uma dimensão essencial do projeto de transformação do mundo do trabalho. O objetivo estratégico é estabelecer uma outra hegemonia cultural, diferente da que têm tido as elites das diferentes épocas da História, e diferente da que exercem os agentes da globalização

competitiva. O desafio neste campo é a transformação dos valores e uma edificação, teórica e prática, de um novo paradigma, uma nova visão de mundo que permita dar novo conteúdo aos conceitos vigentes e, ao mesmo tempo, inspirar uma nova práxis, o que implica novas atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações e desejos. Na linguagem do Che, trata-se de construir novas mulheres, novoshomens, novas crianças que sejam os sujeitos das novas instituições e relações sociais a estabelecer. Na linguagem de Gramsci, trata-se de operar uma revolução não somente política e socioeconômica, mas também uma revolução intelectual e moral. Na linguagem do chefe Seattle, da tribo Dwarnish, trata-se de redescobrir que o ser humano e a Terra são um, e agir corerentemente com esta compreensão: "Todas as coisas são interconectadas como o sangue que une uma família. O ser humano não teceu a teia da vida. Ele é simplesmente um fio dessa teia. Tudo que faça à teia, faz a si próprio." (1854)

Trata-se, enfim, de neutralizar o poder hegemônico dos agentes da globalização competitiva mediante o estabelecimento de meios de comunicação alternativa e de uma educação voltada para o desenvolvimento integral das pessoas e das comunidades humanas, inclusive das associações e cooperativas de trabalhadores.

3.1. Introduzir em todo espaço de convivência e sociabilidade o espírito de comunidade humana, isto é, da partilha dos bens materiais e não materiais; da busca de construir consensos a través do diálogo, do respeito e da aceitação do outro; da partilha de projetos, práticas e sonhos; da consciência de que tudo que faço ao outro, faço a mim próprio, e tudo que fazemos à humanidade e à Terra, fazemos a nós próprios.

3.2. Estabelecer meios de comunicação autônoma dos grandes meios controlados pelo capital. Criar ou desenvolver uma variedade de linguagens e formas de expressão para tratar da vida da gente simples, para trazer à cena o valor do trabalho humano, as idéias e os modos de vida da gente trabalhadora. Facilitar trocas de experiências entre pessoas e comunidades.

3.3. Maximizar o uso dos meios de comunicação eletrônica, para desenvolver laços de colaboração com trabalhadores e cidadãos de outras partes do país e do mundo, e, sobretudo, para fazer florescer a consciência de Espécie, que supera todo egoísmo grupal ou coletivo, todo etnocentrismo, racismo ou nacionalismo estreito.

3.4. Construir uma educação voltada para o desenvolvimento integral da pessoa e das comunidades humanas, inclusive das associações e cooperativas de trabalhadores. Uma educação omnilateral e omnidimensional, orientada para a autonomia e, ao mesmo tempo, para a solidariedade, que articule a aprendizagem prática ao saber teórico e que



esteja na base de todas as atividades conscientes de cada pessoa e coletividade humana (Arruda e Boff,1995).

Do ponto de vista dos movimentos populares e sindicais, estes podem ser três aspectos essenciais de uma estratégia de transformação que tenha como diretriz principal a ocupação de espaços e o aproveitamento das oportunidades abertas no interior mesmo do sistema centrado na competição e no mercado capitalista. Esta estratégia de ação em muitas frentes exige que paremos de esperar o momento de os trabalhadores tomarem o poder do Estado para, só então começarmos a construir uma economia popular e uma sociedade solidária. O novo brota de dentro do velho, das sementes aí presentes e das oportunidades abertas pelas contradições que latejam no seu interior. Nas esferas econômica e financeira as iniciativas são múltiplas. Lado a lado com o sistema cooperativo "tradicional", que envolve cooperativas grandes e médias operando dentro do mercado capitalista e em economias de planejamento centralizado, diversas iniciativas centradas no interesse popular estão em marcha: associações e bancos de micro-crédito já existem nos três continentes "em desenvolvimento" e formaram uma associação internacional. Elas tornam o crédito acessível a milhões de empreendedores pobres; grupos de produção, associações e cooperativas de trabalhadores estão se multiplicando em regiões rurais deprimidas mas também nas megalópoles afligidas pela explosão da "informalização" e da terceirização do trabalho; empregados também estão assumindo o controle de um número crescente de empresas. Organizações de consultoria e advocacias estão voltando sua atenção para a situação crítica de milhões de desempregados em todo o mundo e para o desafio de um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Para além do nível da empresa-cooperativa, começam a constituir-se redes de troca inter-cooperativa e inter-comunitária, marcadas por relações solidárias e não apenas mercantis e monetárias. Estas redes buscam também criar uma interação viva entre cooperativas rurais e urbanas. Os sindicatos estão lentamente ganhando consciência de que urge que encontrem um novo papel a desempenhar no desenvolvimento social, e que estabeleçam pontes de colaboração com outros grupos de cidadãos que desenvolvem formas alternativas de trabalho e comércio no interior do sistema de mercado dominante. Um número crescente de sindicatos se dá conta da necessidade de investir energias também no campo socioeconômico e começam a dedicar recursos e energias na organização dos desempregados de suas categorias e no estímulo de suas organização produtiva cooperativa e autogestionária, sem por isso deixarem de ser trabalhadores nem deverem

distanciar-se dos seus sindicatos. Na esfera política e cultural, as organizações da sociedade civil têm atuado de forma cada vez mais articulada e eficaz para pressionar os centros de poder, seja corporativos, seja estatais, no sentido de mudanças democratizadoras.

As pressões sobre os governos nacionais e sobre o BancoMundial, o FMI e os Bancos Regionais de Desenvolvimento por crescente transparência, por reformas internas, por efetiva participação da sociedadee dos principais beneficiários, os setores pobres, e por modificações profundas na concepção e na prática do desenvolvimento por parte dessas entidades têm produzido resultados evidentes.

Tanto as entidades sociais representativas quanto as de assessoria e advocatícias, atuando em redes e coalizões de alcance nacional, regional e global, e utilizando-se dos meios telecomunicativos, estão desempenhando um papel relevante na busca teórica e prática de alternativas à globalização competitiva e à cidadania passiva e submissa que esta tende a engendrar. Neste contexto, o caminho cooperativo apresenta vantagens substanciais sobre todos os já tentados anteriormente.

Porém, também o caminho cooperativo já foi e tem sido tentado, sem êxito maior. A segunda parte deste trabalho focaliza as razões principais dos êxitos e fracassos do cooperativismo, e propõe a via de um cooperativismo autogestionário e solidário como aquela que poderia permitir a construção de eco-sociedades cooperativas e, a mais longo prazo, de uma globalização cooperativa.

Marcos Arruda